

em destaque:

Alterações Climáticas

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre as **ameaças criadas pelas alterações climáticas** e a necessidade de se chegar a um acordo global ambicioso e juridicamente vinculativo na **conferência do clima em Paris**, no final do ano.

O relatório aprovado por 434 votos a favor, 96 contra e 52 abstenções constitui o mandato para a delegação do Parlamento Europeu que vai acompanhar os trabalhos da 21.ª cimeira do clima da ONU (COP 21), que se realiza em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro deste ano.

Os eurodeputados apelam ao *"robustecimento geral da política climática da UE, o que contribuiria para relançar as discussões sobre o clima a nível internacional e estaria em conformidade com o limite máximo do compromisso da UE de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa para 80% abaixo dos níveis de 1990 até 2050"*.

Os parlamentares exortam os Estados-Membros a *"ponderarem comprometerem-se com objetivos suplementares que vão além do objetivo acordado para 2030, incluindo medidas fora da UE"*, que permitam ao mundo atingir o objetivo de aquecimento global inferior a 2°C.

O Protocolo de 2015 deve ser *"juridicamente vinculativo"* e ter como objetivo *"a eliminação progressiva das emissões globais de carbono até 2050 ou ligeiramente mais tarde, a fim de manter o mundo numa trajetória eficiente em termos de custos compatível com o objetivo de aumento de temperatura abaixo dos 2°C"*.

Ver pág.4

Crise dos Refugiados

O Parlamento Europeu aprovou um orçamento retificativo para 2015 de 401,3 milhões de euros para **reforçar o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento Europeu de Vizinhança**.

Ver pág.3

Ataque terrorista na Turquia

O Presidente do Parlamento Europeu **condenou o atentado terrorista em Ancara** que vitimou cerca de 100 pessoas e deixou 500 feridas. *"Foi um atentado à democracia"*, com o objetivo de *"semear o medo antes das eleições"*, disse Martin Schulz.

Ver pág.3

Ambiente com mais ambição

"Devemos ter objetivos mais ambiciosos e o Parlamento Europeu deve defender uma redução dos gases com efeito de estufa de 50% até 2030, e aumentar a quota das energias renováveis para 45% do cabaz energético, alcançando 40% de poupança de energia", afirmou **Carlos Coelho**.

Ver pág.4

Índice

Abertura da sessão: Presidente do PE condena atentado terrorista na Turquia.....	3
Migração: Parlamento Europeu aprova 401,3 milhões de euros para gestão da crise dos refugiados.....	3
Alterações climáticas: Parlamento Europeu quer mais ambição para a cimeira do clima em Paris.....	4
Ordem do dia da Sessão.....	7

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE condena atentado terrorista na Turquia

O Presidente do Parlamento Europeu condenou o atentado terrorista em Ancara que vitimou cerca de 100 pessoas e deixou 500 feridas, apresentando as condolências às famílias das vítimas e desejando a rápida recuperação dos feridos. "*Foi um atentado à democracia*", com o objetivo de "*semear o medo antes das eleições*", disse Martin Schulz.

O presidente do Parlamento Europeu lembrou que a UE e a Turquia estão em conversações para encontrar uma solução comum para a crise dos refugiados. "*Os recentes eventos dramáticos não deixarão de influenciar o atual debate sobre se a Turquia dever ser considerado um país terceiro seguro*", afirmou Schulz.

Migração: Parlamento Europeu aprova 401,3 milhões de euros para gestão da crise dos refugiados

O Parlamento Europeu aprovou um orçamento retificativo para 2015 de 401,3 milhões de euros para reforçar o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento Europeu de Vizinhança. Estas verbas vão servir também para reforçar o pessoal das três agências da UE com responsabilidades em matéria de migração e asilo, a Frontex, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo e a Europol.

O projeto de orçamento retificativo n.º 7/2015, cujo objetivo é reforçar os recursos da UE destinados à gestão da atual crise dos migrantes e refugiados, prevê:

- 100 milhões de euros em dotações para autorizações para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e o Fundo para a Segurança Interna;
- 1,3 milhões de euros em autorizações e pagamentos para 120 novos postos nas agências da UE chamadas a desempenhar novas missões no âmbito da migração e asilo: 60 lugares para a Frontex, 30 para o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) e 30 para a Europol;
- 300 milhões de euros em dotações para autorizações para o Instrumento Europeu de Vizinhança.

Este projeto de orçamento retificativo é acompanhado de uma proposta de decisão, também aprovada em plenário, sobre a mobilização do Instrumento de Flexibilidade para a disponibilização de medidas orçamentais imediatas ao abrigo da Agenda

Europeia da Migração num montante de 66,1 milhões de euros em dotações para autorizações.

O aumento do número de refugiados e migrantes "*não pode ser considerado um fenómeno temporário, exigindo, ao invés, soluções a mais longo prazo que devem ser tidas em conta no âmbito dos próximos processos orçamentais anuais e da revisão do quadro financeiro plurianual*", diz o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados convidam a Comissão a apresentar um plano financeiro a longo prazo para dar resposta à crise dos migrantes e refugiados, incluindo operações de busca e salvamento, e a propor uma revisão em conformidade do quadro financeiro plurianual.

Os parlamentares notam também que estas medidas "*devem ser acompanhadas de iniciativas destinadas a enfrentar as causas profundas da crise dos migrantes e refugiados*".

A resolução foi aprovada por 577 votos a favor, 66 contra e 14 abstenções.

Intervenção de Deputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) "*Na sequência das múltiplas medidas apresentadas pela Comissão destinadas a fazer face à crise dos refugiados, foi preciso proceder ao seu respetivo provisionamento orçamental. Uma vez que as verbas são necessárias o mais rapidamente possível, este Parlamento utilizou o procedimento urgente, aprovando esta alteração ao orçamento em tempo recorde.*

É aprovado um reforço de 100 milhões de Euros para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, um aumento total de 120 funcionários para a Frontex, o Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo e para a Europol, bem como uma contribuição de 300 milhões para o Fundo de apoio à Síria.

Estas medidas não sendo suficientes, devem ser enquadradas na estratégia mais abrangente para a migração. Por outro lado, enquadra-se também numa estratégia de utilizar recursos não usados e antecipação de verbas, necessariamente com impactos no quadro financeiro plurianual. Impõe-se por isso ao Conselho que não só cumpra as promessas de contribuições financeiras extraorçamento para fazer face a esta crise, como - a breve trecho - compense este antecipar de verbas, evitando que se use hoje para depois faltar amanhã".

Alterações climáticas: Parlamento Europeu quer mais ambição para a cimeira do clima em Paris

As ameaças criadas pelas alterações climáticas e a necessidade de se chegar a um acordo global ambicioso e juridicamente vinculativo na conferência do clima em Paris, no final do ano, são os temas centrais de um relatório hoje aprovado pelo Parlamento Europeu. Os deputados defendem um objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 40% até 2030, em comparação com 1990, um objetivo de eficiência energética de 40% e um objetivo de fontes de energia renováveis de 30%.

O relatório aprovado por 434 votos a favor, 96 contra e 52 abstenções constitui o mandato para a delegação do Parlamento Europeu que vai acompanhar os trabalhos da 21.^a cimeira do clima da ONU (COP 21), que se realiza em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro deste ano.

Os eurodeputados apelam ao *"robustecimento geral da política climática da UE, o que contribuiria para relançar as discussões sobre o clima a nível internacional e estaria em conformidade com o limite máximo do compromisso da UE de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa para 80% abaixo dos níveis de 1990 até 2050"*.

Os parlamentares exortam os Estados-Membros a *"ponderarem comprometerem-se com objetivos suplementares que vão além do objetivo acordado para 2030, incluindo medidas fora da UE"*, que permitam ao mundo atingir o objetivo de aquecimento global inferior a 2°C.

O Protocolo de 2015 deve ser *"juridicamente vinculativo"* e ter como objetivo *"a eliminação progressiva das emissões globais de carbono até 2050 ou ligeiramente mais tarde, a fim de manter o mundo numa trajetória eficiente em termos de custos compatível com o objetivo de aumento de temperatura abaixo dos 2°C"*.

Os eurodeputados sublinham que poderá ser necessário definir um programa de trabalho a iniciar em 2016 para definir medidas suplementares de redução das emissões. O Parlamento Europeu solicita um *"processo exaustivo de revisão"*, a ser realizado de cinco em cinco anos, que assegure o dinamismo do mecanismo adotado e que reforce o nível de ambição dos compromissos de redução.

A questão dos refugiados climáticos

O relatório nota que, entre 2008 e 2013, 166 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas em virtude de cheias, tempestades, sismos ou outras catástrofes. Os eurodeputados salientam que os desenvolvimentos relacionados com o clima em algumas zonas de África podem contribuir para exacerbar a crise de refugiados no Mediterrâneo, lamentando o facto de o estatuto de *"refugiado climático"* ainda não ter sido reconhecido, o que constitui uma lacuna jurídica que afeta as vítimas que não podem beneficiar do estatuto de refugiado.

O Parlamento Europeu insta, por isso, *"ao sério reconhecimento da questão dos refugiados climáticos e do respetivo âmbito de aplicação"*, resultante das catástrofes climáticas causadas pelo aquecimento global.

Financiamento da luta contra as alterações climáticas

O Parlamento solicita à UE e aos Estados-Membros que adotem um roteiro para aumentar o nível de financiamento, tendo em vista *"a sua justa contribuição para o montante global"* de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 proveniente de diversas fontes de financiamento públicas e privadas – e para corrigir o desequilíbrio entre os recursos canalizados para a mitigação e para a adaptação.

Os eurodeputados apelam à adoção de compromissos concretos pela UE e a nível internacional para proporcionar fontes adicionais de financiamento, incluindo a reserva de algumas licenças do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE) no período de 2021-2030 e a afetação das receitas provenientes de medidas relativas às emissões dos transportes aéreos e marítimos.

Setor dos transportes

O relatório recorda que o setor dos transportes é o segundo setor com emissões mais elevadas de gases com efeito de estufa e insiste na necessidade de implementar um conjunto de políticas destinadas a reduzir as emissões provenientes deste setor. Os eurodeputados apelam às partes na COP21 para trabalharem em conjunto com a

Organização da Aviação Civil Internacional e com a Organização Marítima Internacional para adotarem medidas antes do fim de 2016 de forma a alcançar as reduções necessárias.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

José Inácio Faria (ALDE) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, quero saudar a Doutora Manuela Eanes que se encontra nas galerias e a quem hoje foi concedido o prémio Cidadão Europeu.*

Estamos a poucas semanas da Conferência de Paris relativamente à qual se pretende obter um acordo ambicioso e vinculativo a nível global. À medida que nos aproximamos desta, as pressões por parte de alguns sectores para atenuar o nível de ambição de um possível acordo são mais altas do que nunca.

É com preocupação que vemos a recente exclusão no esboço das conclusões da conferência de metas de redução de emissões de CO2 para os sectores dos transportes marítimos e aviação. Se os progressos na ICAU e na IMO têm sido manifestamente insuficientes até agora, a ausência em Paris de uma referência em termos de objetivos para estes sectores seria simplesmente irresponsável e constituiria um aval político para a ausência de um esforço partilhado e equilibrado na redução de emissões de CO2. Os transportes Marítimos e a aviação representam, combinados, cerca de 8% das emissões globais e com tendência crescente. Não é justo exigir um esforço adicional a outros sectores, como o energético ou o industrial, que lutam também pela sua competitividade e cujo contributo para a redução de emissões é já claro. Devemos assegurar que a ambição é mantida no Acordo Climático de Paris”.

Carlos Coelho (PPE) *“As alterações climáticas requerem uma resposta urgente, responsável e global baseada na solidariedade da comunidade internacional.*

O aquecimento climático representa um dos maiores desafios da Humanidade para o desenvolvimento sustentável, a saúde e a economia mundial.

A União Europeia e os seus Estados-Membros estão empenhados em respeitar conjuntamente um objetivo vinculativo de redução de emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 40% até 2030 em comparação com 1990.

Todavia, entendo que devemos ter objetivos mais ambiciosos e o Parlamento Europeu deve defender uma redução dos gases com efeito de estufa de 50% até 2030, em comparação com 1990, e aumentar a quota das energias renováveis para 45% do cabaz energético, alcançando 40% de poupança de energia.

Apoio a necessidade de o acordo de Paris ser global, ambicioso e juridicamente vinculativo, a fim de dar uma resposta de longo prazo à altura dos desafios das alterações climáticas.

Por outro lado, a União Europeia deverá concluir o mais rapidamente possível o processo de ratificação da alteração de Doha ao protocolo de Quioto e encorajar as outras partes a fazerem o mesmo para que este possa entrar em vigor rapidamente. Por isso, apoio o relatório do colega Gilles Pargneaux”.

Ordem do dia 14 de Outubro de 2015

► Quarta-Feira, 14 de Outubro

15:00 - 19:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Preparação da reunião do Conselho Europeu (15-16 de outubro) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Rumo a um novo acordo internacional sobre o clima, em Paris - *Relatório: Gilles Pargneaux (A8-0275/2015)*

19:00 VOTAÇÃO

Acesso para consulta ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) por parte dos Estados-Membros e da Europol para efeitos de prevenção, deteção e investigação de infrações terroristas e outras infrações penais graves - *Relatório: Timothy Kirkhope (A8-0287/2015)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 6/2015 - Recursos próprios - Fundos fiduciários para as ações externas da União - Gabinete do organismo de reguladores europeus das comunicações eletrónicas - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0280/2015)*

Mobilização do Instrumento de Flexibilidade para a disponibilização de medidas orçamentais imediatas ao abrigo da Agenda Europeia da Migração - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0290/2015)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 7/2015 - Gerir a crise dos refugiados: medidas orçamentais imediatas no quadro da Agenda Europeia da Migração - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0289/2015)*

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Béla Kovács - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0291/2015)*

Nomeação do Diretor Executivo do FEIE - *Recomendação: Jean Arthuis, Roberto Gualtieri (A8-0292/2015)*

Nomeação do Diretor Executivo Adjunto do FEIE - *Recomendação: Jean Arthuis, Roberto Gualtieri (A8-0293/2015)*

Rumo a um novo acordo internacional sobre o clima, em Paris - *Relatório: Gilles Pargneaux (A8-0275/2015)*

19:30 - 23:00 Debates (no final das votações)

Consequências do acórdão do TJE que invalida a Decisão «porto seguro» - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Situação na Ucrânia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Antissemitismo, islamofobia e discurso de ódio na Europa - *Pergunta oral (O-000101/2015 - B8-0765/2015)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º) 3

Declarações de voto